

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

Razões de Sarney

• Tudo negociado, o Senado vota hoje e o presidente sanciona amanhã a lei que desonera do ICMS as exportações em geral e as importações de bens de capital. Mas foi duro convencer o presidente do Senado, José Sarney, a aceitar o acordo pelo qual o presidente vetará os artigos sobre a guerra fiscal que o Senado derrubaria, evitando o retorno do projeto à Câmara. Sarney acha que coisas assim enfraquecem o Congresso.

Os estremecimentos entre Sarney e Fernando Henrique quase sempre decorreram de concessões e renúncias feitas pelo Congresso para facilitar a vida do Governo. Ele preconiza um parlamento mais altaneiro, comprometido com a governabilidade mas não invertebrado, quase vassalo do Executivo, por obra de sua maioria. No caso específico do ICMS, a Câmara aprovou o projeto do ministro na íntegra e só depois os governadores descobriram os tais artigos criando restrições à concessão de incentivos fiscais. Gritaram e seus senadores se dispuseram a limpar o projeto com emendas supressivas. Seria o caminho normal, já que o Senado é uma casa revisora, como Sarney recordou muito nas últimas horas. Para ele, não seria necessário o retorno do projeto à Câmara. Uma vez que a parte não cortada fosse aprovada pelas duas casas, como exige a Constituição, o projeto poderia ir à sanção.

Mas a Câmara entendeu que

teria de apreciar a proposta novamente e nisso iriam mais uns dias, com mercadorias paradas nos portos à espera da isenção. Além do mais, o presidente, Luís Eduardo Magalhães, disse não poder garantir que os deputados manteriam os cortes feitos pelo Senado. Nunca se sabe. Sarney ainda resistia na noite de anteontem e, por isso, houve tantas versões desencontradas sobre a solução. Ontem, foi convencido a aceitar o arranjo, que deixa para a caneta do presidente a tarefa do Senado, em nome da importância da matéria. Mas quer tudo em pratos limpos. Uma questão de ordem será levantada sobre casos assim e ele a mandará ao exame da Comissão de Justiça. A decisão servirá de jurisprudência. Sarney quer pelo menos reduzir a zona cinzenta do regimento que permite coisas assim. Elas não servem à autonomia dos poderes e nem à boa técnica legislativa. Não por acaso, a pressa tem produzido leis capengas recentemente.